

LEITURAS DO EXCEPCIONALISMO AMERICANO

NA FICÇÃO DE GRAHAM GREENE E ERICO VERISSIMO

Bruno Brizotto (Doutorando em Letras pela UFRGS)

RESUMO

Desde sua formulação original, o termo Excepcionalismo Americano tem se referido à percepção de que os Estados Unidos diferem qualitativamente de outras nações desenvolvidas, em virtude de suas origens únicas, de seu credo nacional, de sua evolução histórica e de suas instituições políticas e religiosas distintas. A expressão, por vezes, também implica a noção de que os compromissos canônicos da América com a liberdade, a igualdade, o individualismo, o progresso, o populismo e o *laissez-faire* a isentam de alguma forma das forças históricas que levaram à corrupção de outras sociedades. Com o propósito de examinar comparativamente as diferentes nuances que tal ideologia assumiu durante a Guerra Fria, notadamente nas décadas de 1950 e 1960, elegemos como objetos de análise *O americano tranquilo* (1955) e *O prisioneiro* (1967), escritos, respectivamente, por Graham Greene e Erico Verissimo.

Palavras-chave: Excepcionalismo Americano. Intertextualidade. Graham Greene. Erico Verissimo.

ABSTRACT

Since its original formulation, the term American Exceptionalism has referred to the perception that the United States differ qualitatively from other developed nations, by virtue of their unique origins, their national creed, their historical evolution, and their distinctive political and religious institutions. The expression sometimes also implies the notion that America's canonical commitments to freedom, equality, individualism, progress, populism, and laissez-faire exempt it from the historical forces that led to the corruption of other societies. With the purpose of examining comparatively the different nuances that such ideology assumed during the Cold War, notably in the 1950s and 1960s, we elected as analysis objects *The Quiet American* (1955) and *The Prisoner* (1967), written, respectively, by Graham Greene and Erico Verissimo.

Keywords: American Exceptionalism. Intertextuality. Graham Greene. Erico Verissimo.

Ao afirmar que “um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação”, o crítico francês Roland Barthes (2004, p. 64) coloca em cena a própria condição de existência e de legibilidade das obras literárias. De acordo com tal perspectiva, a ideia de conceber a criação ficcional, bem como sua consequente recepção, fora de uma ampla rede de relações seria praticamente impensável. É o fenômeno da intertextualidade que, nesse sentido, garantiria o sucesso de uma empreitada desse porte. Fora da prática intertextual, “a obra literária seria muito simplesmente incompreensível, tal como a palavra duma língua ainda desconhecida”, constata Laurent Jenny (1979, p. 5). Longe de caracterizar-se como “uma soma confusa e misteriosa de influências”, o processo intertextual designa “o trabalho de assimilação de vários textos, operado por um texto centralizador, que detém o comando do sentido.” (JENNY, 1979, p. 14). Visto desse modo, o ato de estabelecer conexões entre diferentes tradições estéticas constitui um profícuo empreendimento que, por sua vez, tem possibilitado a sobrevivência e a perenidade da literatura ao longo do tempo.

Levando em conta tais considerações, pretendemos realizar um exercício intertextual entre os romances *O americano tranquilo* (*The Quiet American*, 1955) e *O prisioneiro* (1967), escritos, respectivamente, pelo inglês Graham Greene (1904-1991) e pelo brasileiro Erico Verissimo (1905-1975). A afinidade entre esses textos reside no fato de ambos versarem sobre conflitos bélicos ocorridos no Sudeste da Ásia, respectivamente nas décadas de 1950 e 1960, no auge da maior confrontação ideológica entre Estados Unidos e a então União Soviética: a Guerra Fria (1945-1991)¹.

O romance de Greene tem como pano de fundo a Primeira Guerra da Indochina (1946-1954), que dispôs em lados opostos as forças do Corpo Expedicionário Francês no Extremo Oriente (*Corps expéditionnaire français en Extrême-Orient - CEFEO*), com o apoio dos Estados Unidos, e o Viet Minh, nacionalista e comunista, apoiado pela China e a União Soviética. Veja-se: “Os pobres-diabos dos franceses talvez consigam manter a ocupação se os chineses não vierem ajudar os vietminhs.” (GREENE, 2016, p. 27). E acerca do auxílio estadunidense, lemos: “Subitamente, o coronel [francês] falou em inglês,

¹ Para maiores informações sobre essa etapa histórica, cf., entre outros, McMahon (2003) e Walker (1993).

num bom inglês. Afirmou: ‘Se os suprimentos prometidos pelos americanos tivessem chegado, teríamos mais o que jogar.’ (GREENE, 2016, p. 78). A narrativa de Erico, por seu turno, faz alusão ao confronto subsequente, ou seja, a Segunda Guerra da Indochina (1955-1975), mais conhecida, no Ocidente, por Guerra do Vietnã. Desta vez, os comunistas, que contaram com o apoio da China, União Soviética e Coreia do Norte, travaram uma longa batalha contra o governo do Vietnã do Sul, auxiliado pelos Estados Unidos e outros aliados anticomunistas, como Austrália, Coreia do Sul e Tailândia. Observe-se um excerto: “Tropas do exército regular do Sul, ajudadas pelos seus aliados brancos de além-mar, tinham sido levadas em helicópteros para o lugar onde se presumia estivesse o inimigo [guerrilheiros comunistas], mas este se havia sumido por completo.” (VERISSIMO, 2008, p. 17). Ambos os confrontos foram vencidos pelas forças comunistas, com os seguintes desfechos: no primeiro, o Vietnã foi dividido em dois (Norte e Sul); os franceses se retiraram da Indochina, com a consequente independência de Vietnã, Laos e Camboja; e, ainda em 1954, realizou-se a Conferência de Genebra, cujo objetivo fora tentar encontrar soluções que pudessem estabelecer a paz na região. Já, no segundo, algumas de suas consequências foram: a retirada das forças americanas da península indochinesa; a dissolução do governo do Vietnã do Sul, com a reunificação do país sob a égide do regime comunista; e, além disso, a ascensão do socialismo no Laos e no Camboja.

Sumariamente, os eventos que constituem o núcleo de *O americano tranquilo* são narrados pela perspectiva do protagonista, Thomas Fowler, um cético jornalista de guerra britânico que vive em Saigon já há bastante tempo e que possui uma jovem e submissa amante nativa, Phuong. A vida de ambos muda quando Alden Pyle, o americano tranquilo que dá título ao livro, chega ao Vietnã com o intuito de “salvar” os vietnamitas tanto da exploração neocolonial francesa quanto da ameaça representada pelo comunismo soviético. Sua visão de mundo alicerça-se em York Harding, acadêmico que professa uma ideologia segundo a qual caberia exclusivamente aos Estados Unidos a missão de auxiliar os asiáticos na instauração e no consecutivo aperfeiçoamento de um sistema político pautado em valores democráticos e capitalistas. Paralelamente às ações suspeitas postas em prática por Pyle, como a participação direta em um atentado, ocorre o envolvimento deste com

Phuong, fato que estabelece um ambiente de contínua tensão entre o norte-americano e Fowler. Já, o enredo de *O prisioneiro*, narrado em terceira pessoa, concentra as ações em um grupo de personagens definidos por suas funções: um coronel, um major, um tenente, um capitão-médico, uma professora e uma prostituta conhecida apenas pela inicial de seu nome, K. Em meio ao cotidiano da guerra, o foco incide nas tentativas do tenente em obter uma confissão acerca da localização de uma bomba-relógio que fora escondida por um terrorista comunista vietnamita, o prisioneiro que dá título à obra.

Comum a ambos os romances é a representação da evolução do envolvimento dos Estados Unidos nos conflitos supracitados: de simples auxílios financeiros e econômicos até o comprometimento total. Isso nos leva ao questionamento da participação americana na guerra, sobretudo da política excepcionalista colocada em prática em relação ao Vietnã. Sob esse ponto de vista, consideraremos dois polos para a análise intertextual: em primeiro lugar, a defesa dessa perspectiva, corporificada por Alden Pyle e o coronel branco; em segundo, a crítica a essa posição, representada por Thomas Fowler, o major e a professora. Sentimos, assim, uma “premência de entender o que permanece *ou não permanece* do passado, e essa premência se introduz nas percepções do presente e do futuro.” (SAID, 2011, p. 40). Portanto, manteremos um olhar crítico durante o processo analítico, levando em conta que é precisamente essa criticidade que define o olhar intertextual (JENNY, 1979).

Historicamente, o termo Excepcionalismo Americano² tem se referido à percepção de que os Estados Unidos diferem qualitativamente de outras nações desenvolvidas, em virtude de suas origens únicas, de seu credo nacional, de sua evolução histórica e de suas instituições políticas e religiosas distintivas. A expressão, por vezes, também implica a noção de que os compromissos canônicos da América com a liberdade, a igualdade, o individualismo, o progresso, o populismo e o *laissez-faire* a isentam de alguma forma das forças históricas que levaram à corrupção de outras sociedades. Ao mesmo tempo, tal ideologia sofreu visíveis

² Costuma-se atribuir ao francês Alexis de Tocqueville, no clássico *De la démocratie en Amérique* (1835-1840), a primeira referência a ideia dos Estados Unidos enquanto nação excepcional: “A situação dos americanos é inteiramente excepcional, portanto, e é de crer que nenhum povo democrático nunca será posto nela.” (TOCQUEVILLE, 2000, p. 43).

alterações ao longo do tempo, dividindo opiniões tanto na esfera acadêmica quanto na política, conforme atestam os trabalhos de Kammen (1993) e Lipset (1996), por exemplo.

Durante boa parte da Guerra Fria, o excepcionalismo norte-americano esteve associado à convicção de que competiria aos Estados Unidos a responsabilidade mundial de manter a paz e levar o progresso e a civilização às nações subdesenvolvidas, além, é claro, de deter a constante ameaça comunista representada pela então União Soviética. Nesse sentido, os Estados Unidos “não eram uma potência imperial clássica, e sim justiceiros reparando males pelo mundo afora, perseguindo a tirania, defendendo a liberdade a qualquer custo e em qualquer lugar.” (SAID, 2011, p. 36). Inseridos em tal contexto ideológico estão Pyle e o coronel, personagens com pontos de vista claramente definidos e cientes do papel a ser desempenhado pela nação americana em relação ao Sudeste Asiático, em geral, e ao Vietnã, em particular. Consequentemente, sustentam convicções condizentes com a classe social a qual estão vinculados; são guiados, assim, por “visões sociais de mundo”, para utilizarmos a expressão de Michael Löwy (1991). De acordo com o autor, “visões sociais de mundo seriam [...] todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.” (LÖWY, 1991, p. 13-14).

Proveniente de “um mundo psicológico de grande simplicidade, um mundo em que se falava de democracia e numa honra diferente da que se vê escrita em velhas lápides britânicas” (GREENE, 2016, p. 108), o americano de trinta e dois anos Alden Pyle, “com suas pernas compridas, cabelo à escovinha e olhar fixo de alguém em um enorme campus” (GREENE, 2016, p. 19), chega a Saigon, com o propósito de trabalhar para a Missão de Ajuda Econômica. Com o desenrolar dos acontecimentos, é revelada a verdadeira identidade de Pyle: ele está a serviço do Gabinete de Assuntos Estratégicos (*Office of Strategic Services*), órgão que precedeu a criação da CIA. “Ele tinha atribuições especiais” (GREENE, 2016, p. 35), sintetiza Joe, o adido econômico americano. Logo, sua atribuição é encontrar uma forma alternativa de governo – a “terceira força” descrita por seu mentor

York Harding³ –, a qual se caracterizaria enquanto sistema político democrático e imune tanto à ideologia comunista quanto à colonialista/imperialista.

Entretanto, a base ideológica fornecida por Harding negligencia um fator de extrema importância no território da guerra: a experiência. Ao observarmos três declarações proferidas por Fowler, podemos visualizar a confirmação disso. Em primeiro lugar, “Pyle era muito sério e eu sofrera com suas conferências sobre o Extremo Oriente, que ele conheceu por *tantos meses* quanto eu conheceu *por anos*.” (GREENE, 2016, p. 13, grifo nosso). Em segundo: “Talvez apenas dez dias antes ele [Pyle] estivesse passeando pelo Common, em Boston, *os braços cheios dos livros* que andara lendo antecipadamente sobre o Extremo Oriente e os problemas da China.” (GREENE, 2016, p. 20, grifo nosso). Por fim, afirma:

Era jovem, ignorante, tolo e se envolveu. Não fazia mais que uma ideia, tanto quanto qualquer um de vocês [os americanos], do que se trata a coisa toda, e lhe deram dinheiro, os livros de York Harding sobre o Oriente e disseram “Vá em frente. Conquiste o Oriente para a democracia”. Jamais viu coisa alguma que não tivesse escutado num auditório de conferências e esses escritores e conferencistas fizeram dele um tolo. Quando via um corpo não conseguia sequer olhar para as feridas. Uma ameaça vermelha, um soldado da democracia. (GREENE, 2016, p. 35-36)

Portanto, estamos diante do perfil de um ser inocente, inexperiente, dependente de teorias alheias⁴, que não medirá esforços para atingir seus objetivos, ainda que estes causem transtornos e problemas para os nativos. Dirá Fowler sobre o caráter do “americano

³ Ao avistar a biblioteca do americano, Fowler afirma: “Fui até a estante e examinei as duas fileiras de livros [...]. *O avanço da China comunista, O desafio à democracia, O papel do Ocidente* – isso, presumi, constituía as obras completas de York Harding.” (GREENE, 2016, p. 32). E, na sequência, explica ao inspetor francês Vigot o verdadeiro significado da dependência de Pyle em relação a Harding: “É um tipo superior de jornalista – são chamados de correspondentes diplomáticos. Ele se apega a uma ideia e então altera toda situação para se adequar a ela. Pyle chegou aqui com a cabeça cheia de ideias de York Harding. Harding estivera aqui uma vez por semana quando viajava de Bangcoc a Tóquio. Pyle cometeu o erro de pôr suas ideias em prática. Harding escreveu sobre uma terceira força. Pyle formou uma – um bandidinho de segunda [general Thé] com dois mil homens e um par de tigres domesticados. Ele meteu os pés pelas mãos.” (GREENE, 2016, p. 202). Note-se, portanto, a forte influência do teórico norte-americano sobre Pyle.

⁴ Pyle revela a Fowler o motivo de ter-se interessado pelas ideias de Harding: “[...] eles [seus pais] vivem no passado. Talvez seja por isso que York me impressionou tanto. De certo modo, parecia alguém aberto à condição moderna. Meu pai é um isolacionista’.” (GREENE, 2016, p. 214-215).

tranquilo”: “[Pyle] era incapaz de imaginar dor ou perigo para si mesmo, assim como era incapaz de conceber a dor que podia causar aos outros.” (GREENE, 2016, p. 73).

O coronel branco, por sua vez, é apresentado pelo narrador como um veterano de guerra, tendo servido na África durante a Segunda Guerra Mundial (cf. VERISSIMO, 2008, p. 34-35). Atualmente, na faixa dos cinquenta anos – alto, de uma magreza atlética, cabelos louro-esverdeados e cortados rentes ao crânio –, atua como governador militar provisório da cidade, circunstância que lhe causa profundo desgosto. Em carta imaginária à filha, declara: “*Uma dura missão de combate seria mil vezes preferível a esta responsabilidade de governar, ainda que por poucos dias, uma cidade asiática agitada por lutas internas, tudo isso perigosamente em face de um inimigo comum que não nos dá trégua.*” (VERISSIMO, 2008, p. 20). A missão fora-lhe confiada pelo general durante o período de negociações entre o Governo do Sul e os bonzos e, enquanto um acordo de paz não fosse definitivamente assinado, cabia a ele a responsabilidade de preservar a ordem nessa região. Considera insensata a razão dada pelo seu superior para lhe conferir tal tarefa: “O motivo que seu comandante invocara para lhe entregar aquela missão era o de que ele compreendia a mentalidade oriental. Ridículo! Sentia-se naquele posto como um touro em loja de porcelanas...” (VERISSIMO, 2008, p. 21). A despeito disso, segue com rigor a hierarquia militar, declarando enfaticamente: “– [...] como soldados não nos compete criticar as decisões de nosso Governo, mas lutar, isso sim, lutar da melhor maneira possível para ganhar esta guerra.” (VERISSIMO, 2008, p. 34). Logo, percebe-se que o coronel apresenta personalidade forte, marcada por suas experiências bélicas pregressas, e um sentimento de lealdade ao exército e à pátria.

Por mais que os perfis acima sintetizados se mostrem díspares, podemos sustentar ao menos um ponto em comum entre tais personagens: ambas defendem o excepcionalismo americano, ideologia de base para muitas das ações tomadas pelas diversas administrações norte-americanas⁵ durante os conflitos retratados por Greene e por Verissimo em seus romances. Observe-se: “Democracia era outro de seus temas [de Pyle] – tinha opiniões

⁵ Seis presidentes dos Estados Unidos estiveram no cargo durante as duas primeiras guerras da Indochina. São eles: Harry S. Truman (1945-1953), Dwight D. Eisenhower (1953-1961), John F. Kennedy (1961-1963), Lyndon B. Johnson (1963-1969), Richard Nixon (1969-1974) e Gerald Ford (1974-1977).

firmes e inflamadas acerca do que os Estados Unidos faziam pelo mundo.” (GREENE, 2016, p. 13). E o coronel: “Na minha opinião, nosso país tem no mundo uma missão civilizadora. É isso que me dá esperança e força para lutar.” (VERISSIMO, 2008, p. 30). Eis, em termos básicos, a necessidade ideológica de justificar a intervenção de uma nação desenvolvida sobre uma subdesenvolvida, assim como “a ideia de ‘responsabilidade mundial’ como princípio de suas ações.” (SAID, 2011, p. 437).

Tal visão social de mundo adquire novos matizes com o decorrer das ações protagonizadas por cada personagem. No caso de Pyle, é o assistente de Fowler, Dominguez, quem testemunha a defesa de um ideário salvacionista estadunidense. O indiano relata para seu chefe o que ouvira na Legação Americana. Observe-se o diálogo:

“Eu o ouvi falando, outro dia, numa recepção dada pela Legação aos congressistas em visita. Pediram-lhe que os pusesse a par dos acontecimentos.” “Deus ajude o Congresso”, eu disse, “não faz nem seis meses que está no país.” “Ele falou sobre as velhas potências coloniais – Inglaterra e França –, e de como vocês dois esperavam ganhar a confiança dos asiáticos. Era aí que os Estados Unidos entravam, então, com as mãos limpas.” “Havaí, Porto Rico”, eu disse, “Novo México.” “Então alguém fez a pergunta de praxe sobre as chances do governo local algum dia derrotar o Viet Minh, e ele disse que um terceira força seria capaz disso. Sempre havia uma terceira força a ser encontrada que fosse livre do comunismo e do veneno do colonialismo – a democracia nacional, era como chamava; tudo o que você tem a fazer é encontrar um líder e mantê-lo a salvo dos antigos poderes coloniais.” “Está tudo em York Harding”, eu disse. “Ele leu isso antes de vir para cá. Fala sobre isso desde a primeira semana e não aprendeu nada.” (GREENE, 2016, p. 150)

Em *O prisioneiro*, por seu turno, a sustentação de tal perspectiva é veiculada pelo coronel em carta imaginária dirigida ora à filha, ora à amante. Veja-se um fragmento:

Tenho às vezes a impressão de que os homens de todas as nações da Terra enlouqueceram, mas acho que nós devemos conservar a nossa sanidade mental para trazer ordem ao mundo e evitar que nele se estabeleça definitivamente o caos... [...] Não fomos nós quem provocou esta guerra terrível, mas temos de fazer o nosso melhor para vencer, e o nosso melhor é o “melhoríssimo” no mundo inteiro. E eu peço sempre a Deus que nos proteja e inspire, para que possamos usar a nossa força e a nossa riqueza não só em benefício próprio como também para a felicidade e o bem-estar da humanidade inteira. (VERISSIMO, 2008, p. 91-92)

Essencialmente, está claro que tanto Pyle quanto o coronel possuem visões altamente críticas acerca das intervenções colonialistas anglo-franceses empreendidas no Sudeste Asiático na chamada “era dos impérios” (HOBSBAWM, 2011). A fim de corrigir as distorções operadas pelas antigas potências imperiais e instaurar permanentemente a paz e a ordem política e econômica na região, ambos estão profundamente convictos de que tal missão caberia unicamente aos Estados Unidos, visto como o guardião da civilização ocidental. A imagem de que a América entraria no Vietnã “com as mãos limpas”, além de censurar as ações outrora conduzidas pela Inglaterra e pela França, afirma o caráter puro e inocente da investida americana. Corolário desse argumento, o coronel acredita que todos os indivíduos das demais nações da Terra perderam a razão, competindo a “nós”, ou seja, aos estadunidenses, a tarefa de “trazer ordem ao mundo e evitar que nele se estabeleça definitivamente o caos”. Isso se traduz na “declaração horrivelmente previsível de que ‘nós’ somos excepcionais, não imperiais, e que não repetiremos o erro das potências anteriores [...]” (SAID, 2011, p. 26).

Desse modo, a chamada “terceira força”, disfarçada de “democracia nacional”, ao estar livre do colonialismo e do comunismo, serviria de modelo para as demais nações, auxiliando os povos inferiores a instaurarem os valores democráticos em seus respectivos países. Ou, como diria o coronel, “o nosso melhor é o ‘melhoríssimo’ no mundo inteiro”. Isto é, os Estados Unidos acreditavam firmemente em uma ideologia segundo a qual tudo o que eles almejassem seria necessariamente desejado na mesma proporção por toda a humanidade (KIERNAN, 2005). No final das contas, é o antigo argumento humanitário que rege esse processo civilizatório e salvacionista colocado em prática pelos americanos. Na base, tal raciocínio “obriga ‘as raças superiores’ a cumprir seu dever para com as ‘raças inferiores’ ainda afastadas do caminho do progresso [...]” (FERRO, 1996, p. 30).

No entanto, um considerável empecilho estava causando sérios problemas para o desenvolvimento da política excepcionalista norte-americana no Sudeste da Ásia durante esse período: o comunismo. Ao longo do século XX, a União Soviética realizou diversas ações com o objetivo de expandir suas zonas de influência, por meio da exportação de seu modelo político e econômico, notadamente baseado no estabelecimento de uma sociedade

igualitária, sem classes sociais e apátrida, alicerçada na propriedade comum dos meios de produção. Tal situação, acrescida de uma visão que considerava o comunismo um ideário totalitário, levou a ideologia comunista a ser entendida como uma ameaça iminente para o mundo ocidental, sobretudo nos Estados Unidos, e uma rival para as nações capitalistas. Caberia, então, à América criar estratégias para deter o avanço soviético em toda e qualquer região na qual o comunismo pudesse vir a comprometer a integridade dos princípios democráticos. Nesse sentido, “os Estados Unidos impõem o ‘interesse internacional’ estabelecendo as regras básicas para o desenvolvimento econômico e a movimentação militar em todo o planeta.”⁶ (BARNET, 1973, p. 21) (nossa tradução)

Desenvolvida pelo diplomata americano George Kennan, na década de 1940, a política de contenção constituiu um exemplo de tática posta em prática pelo governo norte-americano para frear a difusão da doutrina vermelha ao redor do globo. Foi criada em resposta a uma série de investidas expansionistas levadas a cabo pela União Soviética em relação à Europa Oriental, à China, à Coreia e ao Vietnã. Concretizando-se por meio de estratégias militares, diplomáticas e econômicas, a política de Kennan pretendia erradicar a propagação do comunismo, além de aumentar a segurança no continente americano e evitar a possível ocorrência de um “efeito dominó”⁷. De acordo com Said (2011, p. 436), Kennan estava profundamente convencido que “a Europa e os Estados Unidos estavam em posição única para comandar o mundo, opinião que o fazia considerar seu próprio país como uma espécie de ‘adolescente’ crescendo para ocupar o papel outrora desempenhado pelo império britânico.”

No âmbito dessas considerações, podemos dizer que tanto Pyle quanto o coronel endossam a política de contenção, censurando qualquer indício de presença comunista em suas respectivas áreas de atuação. Conforme exposto anteriormente, a própria formação intelectual do “americano tranquilo” e a defesa de uma “terceira força” já oferecem evidências sobre seu posicionamento acerca do comunismo. E, ao discutir com Fowler

⁶ No original: “The United States imposes the ‘international interest’ by setting the ground rules for economic development and military deployment across the planet.”

⁷ A expressão “efeito dominó” origina-se a partir da Teoria do Dominó, doutrina atribuída ao político norte-americano John Foster Dulles. Segundo tal perspectiva, se uma nação, ou mesmo uma região, sucumbisse ao comunismo, os países com os quais fizesse fronteira iriam inevitavelmente cair em seguida, como dominós.

sobre a intervenção de potências estrangeiras no Vietnã, afirma: “Eles [os nativos] não querem o comunismo.” (GREENE, 2016, p. 113). Na sequência, para dar maior credibilidade ao seu argumento, faz referência ao pronunciamento do então presidente dos Estados Unidos Dwight Eisenhower que, a 4 de agosto de 1953, em convenção de governadores, declarou-se a favor do envolvimento norte-americano na área. Veja-se o diálogo entre eles: “‘Se a Indochina se for...’ ‘Conheço a gravação. O Sião se for. A Malásia se for. O que significa, este ‘se for?’” (GREENE, 2016, p. 113). Aqui, alude-se ao “efeito dominó” que poderia ocorrer caso a península indochinesa sucumbisse ao comunismo, circunstância que traduz a apreensão do governo americano diante da ameaça vermelha. Note-se, ainda, a influência da ideologia dominante sobre a visão social de mundo de Pyle no que concerne à guerra contra os comunistas. Desse modo, ele não possui quaisquer dúvidas sobre o papel central que sua pátria deveria desempenhar em relação ao Vietnã: “Não posso [romper com Thé]. [...] A longo prazo, é a única esperança que temos. Se chegar ao poder com nossa ajuda, poderemos nos apoiar nele...” (GREENE, 2016, p. 212). Portanto, a concretização da “terceira força” não daria margem para o comunismo, ajustando-se aos valores democráticos professados pela América.

Ao ser questionado pelo major sobre qual seria o propósito de ganhar a guerra, o coronel compartilha o ideário de Pyle. Observe-se: “– O senhor sabe muito bem qual é a resposta. Para deter a marcha do comunismo e instaurar a democracia nesta parte da Ásia.” (VERISSIMO, 2008, p. 34). Isso resume perfeitamente a bipolaridade característica da Guerra Fria, ou seja, democracia versus comunismo. No entanto, é na citada carta imaginária à filha/à amante que a posição do militar adquire maior relevo. Em certa altura da missiva, lemos:

Minha querida filha, se há idéia que me horroriza é a de que possas um dia viver dentro de um regime totalitário, sob o olhar vigilante do Irmão Maior, apenas como uma peça da máquina do Estado. Nossos bravos rapazes e teu próprio pai aqui estão lutando para que tu e teus filhos venham a gozar de uma longa era de paz, justiça e liberdade, em que cada qual possa escolher livremente a sua religião, os livros que quer ler e a profissão para a qual se sente inclinado... Um mundo em que qualquer um possa dizer o que pensa sem ter medo de ser posto na cadeia ou mandado para uma Sibéria qualquer. (VERISSIMO, 2008, p. 92)

Essa passagem é altamente significativa, na medida em que sintetiza diferenças essenciais entre uma administração comunista e outra democrática, qualificando a primeira como prejudicial para a sobrevivência de seus cidadãos. Expressões como “regime totalitário”, “Irmão Maior”, “uma peça da máquina do Estado” e “uma Sibéria qualquer” auxiliam na caracterização do comunismo como algo nefasto. Ao contrário, conceitos como “paz”, “justiça” e “liberdade” estão associados à democracia, espaço que, segundo o coronel, permitiria aos indivíduos expressarem-se livremente, materializando, assim, o princípio iluminista de liberdade de expressão. Além disso, a sentença que encerra a carta contribui para a construção da imagem dos soldados norte-americanos como guerreiros heroicos e salvadores: “*Pensa apenas isto: todos nós estamos aqui passando durezas e arriscando nossas vidas e mesmo perdendo-as em prol da democracia...*” (VERISSIMO, 2008, p. 92). Logo, a tarefa é muito maior do que os próprios soldados: é pela instituição democrática e pelo bem-estar de seus conterrâneos que o coronel e suas tropas estão lutando contra os invasores comunistas. Como assevera Said (2011, p. 439): “A linha oficial, durante a maior parte do tempo, reza que os Estados Unidos estão defendendo seus interesses, mantendo a ordem, impondo a justiça para que prevaleça sobre a injustiça e os erros de conduta.”

A análise dos excertos transcritos revela uma importante característica inerente tanto a Pyle quanto ao coronel: ambos possuem visões sociais de mundo solidamente constituídas, reconhecendo com bastante clareza os perigos que o comunismo poderia vir a representar se fosse completamente instaurado como regime dominante. Para que a situação não chegue a esse estágio, nada mais óbvio do que lutar contra sua expansão, tendo como palco, nesse caso, as duas primeiras guerras da Indochina. Reafirma-se, assim, o verdadeiro papel que caberia aos norte-americanos, como bem observou Barnet (1973, p. 21): “Os Estados Unidos, excepcionalmente abençoados com riquezas tremendas e uma história extraordinária, colocam-se acima do sistema internacional, e não dentro dele. Suprema entre as nações, ela está pronta para ser a portadora da Lei.”⁸ (nossa tradução)

⁸ No original: “The United States, uniquely blessed with surpassing riches and an exceptional history, stands above the international system, not within it. Supreme among nations, she stands ready to be the bearer of the Law.”

Entretanto, existem posições ideológicas alicerçadas em concepções diametralmente opostas àquela representada pelo assistencialismo norte-americano professado por Pyle e pelo coronel. O processo de discordância de ideias é profundamente inevitável e necessário, na medida em que as visões sociais de mundo apresentam em sua essência traços fundamentalmente contraditórios, como evidencia a análise dialética do fenômeno ideológico. Isso significa dizer que as sociedades são marcadas por “enfrentamentos ideológicos”, por “conflitos profundos, radicais, que são geralmente irreconciliáveis, que não se resolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum.” (LÖWY, 1991, p. 17). Consequentemente, não há espaço para o consenso total, para o estabelecimento de uma ideologia dominante, circunstância que garantiria a polifonia de vozes ao longo de todo o espectro social.

Para Minchillo (2015, p. 255), personagens como o major e a professora desempenham, em *O prisioneiro*, “a função de desmontar os cínicos argumentos do imperialismo.” Sem prejuízo algum, a constatação do crítico brasileiro pode ser estendida também a Thomas Fowler. Sumariamente, o narrador e protagonista de *O americano tranquilo* define-se como um homem cético, inteligente e experiente em assuntos bélicos, que se esforça ao máximo para manter o profissionalismo em seu trabalho como correspondente de guerra, ao manter uma perspectiva neutra acerca da maioria das questões com as quais precisa lidar em seu cotidiano. Contudo, o jornalista logo descobre que nem mesmo ele pode ignorar o valor de suas próprias emoções, revelando, assim, sua vulnerabilidade: primeiro, quando perde Phuong para Pyle e, depois, quando testemunha o terrível ato de violência na praça contra os civis vietnamitas. O major, por seu turno, qualifica-se como um indivíduo astuto, bravo, paciente, especialista nos meandros da política e da mentalidade asiática. Seus camaradas de armas o vêem como alegre e fraterno; já, o coronel, não conseguiu, até então, formar um juízo seguro sobre o caráter de seu subordinado, apesar de reconhecer as habilidades deste no âmbito da guerra. A professora, por sua vez, caracteriza-se como uma mulher forte, disposta a lutar contra as engrenagens coloniais. De origem francesa, passou por duras provações ao longo de sua vida; atualmente,

mantém um orfanato para meninas na cidade em que se passam os eventos da narrativa de Erico.

O exercício de desconstrução do imaginário imperial pode ser evidenciado mediante os diálogos que cada um dos personagens acima elencados estabelece com seus interlocutores: Fowler com Pyle; a professora com o tenente. No primeiro caso, o “americano tranquilo” afirma com veemência para o repórter inglês que os nativos não desejam um futuro governo comunista, implicando, desse modo, a necessidade do auxílio americano por meio de uma “terceira força”. A réplica de Fowler é contundente: “‘Querem [os vietnamitas] arroz suficiente’[...]. ‘Não querem levar tiros. Querem, um dia, ser como qualquer um. Não querem nossa pele branca por aí lhes dizendo o que querer.’” (GREENE, 2016, p. 113). Já, no segundo caso, o colóquio retoma a discussão acerca da constante ameaça do comunismo evocada pelos americanos para justificar sua presença no Sudeste Asiático. Após resumir a situação colonial da península indochinesa, a professora é questionada pelo tenente. Veja-se: “– E agora – completou ele – todos estes países da península estão ameaçados de cair sob o domínio dos comunistas. Fale com franqueza, acha isso uma solução?” (VERISSIMO, 2008, p. 61). Eis a resposta: “– É óbvio que não, meu caro. Mas há um fato elementar que o seu Governo parece não ter percebido claramente. O comunismo desta gente é a forma superficial que toma o seu nacionalismo. O que eles ainda querem é viver a sua vida sob governo próprio e com liberdade.” (VERISSIMO, 2008, p. 61).

Ao lermos os diálogos acima dispostos, percebemos que eles expressam um ponto comum que conecta as palavras proferidas por Fowler e pela professora: a defesa de uma visão social de mundo que leve em conta o princípio de autodeterminação das nações, segundo o qual todo país possui o direito de se autogovernar, de realizar suas escolhas sem intervenção externa e, ainda, de ter o poder de determinar seu próprio estatuto político⁹. Na base de tal argumento evidencia-se uma atitude crítica frente à política excepcionalista dos Estados Unidos, que não mediu esforços para difundir seus pretensos valores

⁹ Para maiores informações sobre esse princípio, cf. a excelente coletânea de textos organizada por Wolfgang Danspeckgruber (2002).

democráticos e libertários em direção aos povos ditos subdesenvolvidos e inferiores. O que está em jogo aqui é o fato de a América não possuir de forma alguma a prerrogativa de intervir em outros países. Além disso, estudos recentes de americanos mostram “um quadro desolador de como a maioria dessas atitudes e as políticas por ela geradas baseavam-se na *ignorância* e em *interpretações equivocadas*, quase petulantes e cabais, exceto pelo desejo de comando e dominação, ele próprio marcado pelas ideias da excepcionalidade americana.” (SAID, 2011, p. 443, grifo nosso). Está manifesto que tal raciocínio desestabiliza a estrutura argumentativa preconizada tanto pelo coronel quanto por Pyle. Poderíamos mesmo dizer que ambos são moldados ideologicamente pela perspectiva excepcionalista norte-americana, a qual contribuiu para aumentar o enorme fosso entre um Ocidente civilizado e um Oriente compreendido como atrasado. Isso é absolutamente indispensável para o sistema ideológico ocidental, sobretudo o americano, como podemos perceber pelas seguintes palavras do major, proferidas em tom irônico em meio a um devaneio. Observe-se:

No fundo, todos somos atores. Representamos vários papéis ao mesmo tempo. Uns mal, outros bem. [...] Só existem duas cores: o preto e o branco. Nós somos do lado do branco, *eles* do preto. Quem afirmar que existem matizes é inocente útil. Ou alienado. Ou inimigo de Deus, da Pátria, da Família. (Bocejou longamente.) Mas eu sou um bom escoteiro. Somos uma nação de escoteiros. Estamos ajudando o mundo a atravessar a rua da pobreza e do subdesenvolvimento rumo da outra calçada onde se enfileiram as deslumbrantes lojas que vendem os nossos rádios, os nossos condicionadores de ar, os nossos televisores, os nossos automóveis... os cinemas onde passam nossos filmes em que brilham os nossos heróis, flores da raça humana. (VERISSIMO, 2008, p. 121-122)

Somado a isso, o major questiona o gesto assistencialista proposto por seu governo, situação que remeteria à perspectiva compartilhada pelo jornalista britânico e pela professora francesa. O coronel interroga o major: “– Será que [os nativos] não compreendem que podemos e queremos ajudá-los?” (VERISSIMO, 2008, p. 37). E, na sequência, a réplica do interlocutor: “– Não estou muito certo de que eles desejem a espécie de salvação que lhes oferecemos...” (VERISSIMO, 2008, p. 37).

Interessa notar também que ambos os romances, mediante argumentos de Fowler e da professora, denunciam a virtuosa inocência norte-americana, a qual serviria para

sustentar o direito inalienável dos Estados Unidos em sua luta constante pela liberdade e pela igualdade entre os países. Nesse sentido, o correspondente inglês declara que “a inocência sempre clama surdamente por proteção quando seria muito mais sábio de nossa parte nos resguardarmos dela”, isto é, “a inocência é como um leproso mudo que perdeu a sineta, vagando pelo mundo, sem pretender fazer mal algum.” (GREENE, 2016, p. 42). Imagem que simboliza uma perfeita síntese das contínuas intervenções da América ao redor do globo antes, durante e depois da Guerra Fria (BARNET, 1973; SAID, 2011). A professora, por seu turno, mostra-se bem mais explícita e incisiva. Ela afirma ao tenente que há nos compatriotas deste “uma coisa que às vezes [a] exaspera. É... é uma espécie de candura, uma perigosa inocência juvenil misturada com um... um moralismo farisaico...” (VERISSIMO, 2008, p. 57). Indivíduos como Alden Pyle e o coronel encarnam essa formação cultural com impiedosa exatidão. Em suma, a visão social de mundo excepcionalista encontra-se muito bem dissimulada em discursos cristalizados e de fácil apreensão, como atestam, por exemplo, a influência de York Harding sobre o jovem “americano tranquilo” e a lealdade do coronel em relação ao governo de seu país. Logo, uma leitura desconstrucionista do aparato ideológico assistencialista estadunidense permite-nos reconhecer uma importante asserção colocada em cena por Said (2011, p. 455): “O mundo não pode se permitir por muito tempo uma mistura tão temerária de patriotismo, relativo solipsismo, autoridade social, agressividade incontrolada e postura defensiva em relação aos outros.”

Ao analisarmos comparativamente as diversas facetas que a política excepcionalista norte-americana assumiu durante a Guerra Fria, assim como as visões sociais de mundo de seus defensores e de seus detratores, percebemos que cada lado apresenta argumentos sólidos e convincentes para sustentar suas ideias. De um lado, Alden Pyle e um certo coronel das forças armadas americanas, cientes de que o papel salvacionista desempenhado por seu país em relação aos povos ditos inferiores iria definir as bases político-econômicas e culturais da civilização mundial. Nesse sentido,

podemos reconhecer que aqueles que o fizeram e, cada vez mais, as crescentes massas que dele participaram no Ocidente “desenvolvido”

sabiam que ele estava destinado a realizações extraordinárias e pensavam que sua missão era resolver todos os principais problemas da humanidade, remover todos os obstáculos que se interpunham à sua solução. (HOBBSBAWM, 2011, p. 515-516)

De outro lado, Thomas Fowler, um major do Exército dos Estados Unidos e uma professora francesa, conscientes dos males que o projeto civilizatório neocolonial já havia causado e que ainda poderia causar às diferentes nações do chamado Terceiro Mundo. Denunciam, ainda, a profunda assimetria característica do fenômeno imperialista, ou seja, o sentimento de superioridade do “civilizado” em relação ao “primitivo”. Por conseguinte, tais personagens solicitam aos leitores que abram os olhos face à “tradição de ingenuidade e farisaísmo que desfigura nossa história intelectual”. (CHOMSKY, 1982 *apud* SAID, 2011, p. 461).

São dignas de nota, portanto, as seguintes palavras da professora, as quais constituem uma verdadeira profissão de fé em tempos assolados por conflitos bélicos e ideológicos. Observe-se: “[...] devemos defender-nos de toda palavra, toda linguagem que nos desfigure o mundo, que nos separe das criaturas humanas, que nos afaste das raízes da vida.” (VERISSIMO, 2008, p. 77). Está manifesta uma pungente mensagem de esperança, que compete a todo intelectual preocupado com questões associadas aos direitos humanos defendê-la com zelo e parcimônia. Nesse sentido, “o intelectual é talvez um tipo de contramemória, com seu próprio contradiscurso que não permitirá que a consciência desvie o olhar ou caia no sono”, conclui Said (2007, p. 172). Logo, é o perfil de um leitor ativo que poderá guiar a leitura de romances como *O americano tranquilo* e *O prisioneiro*.

Finalmente, a análise empreendida ao longo deste trabalho nos possibilitou pensar a intertextualidade como fenômeno cultural que proporciona a contínua renovação do discurso ficcional. De acordo com Jenny (1979, p. 47), “a verdade literária, como a verdade histórica, só pode constituir-se na multiplicidade dos textos e das escritas – na intertextualidade.” No âmbito dessa reflexão, torna-se fundamental uma crítica voltada para as relações entre textos, tendo em vista que, atualmente, é um tanto difícil discorrer sobre o caráter essencialmente original e singular do objeto artístico, seja este uma pintura, ou mesmo um romance. Já afirmava Barthes (2004) que a própria palavra “texto” significa, se

nos lembrarmos de sua etimologia, “um tecido” (BARTHES, 2004, p. 70), uma textura urdida, em última instância. Desse modo, o processo intertextual se concretizaria na imagem de uma teia, na qual todas as narrativas estariam em constante diálogo umas com as outras, consolidando uma autêntica poética dos textos em movimento.

REFERÊNCIAS

- BARNET, Richard J. **The roots of war**. New York: Penguin Books, 1973.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DANSPECKGRUBER, Wolfgang (Ed.). **The self-determination of peoples: community, nation, and state in an interdependent world**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.
- FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GREENE, Graham. **O americano tranquilo**. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- JENNY, Laurent. A estratégia da forma. **Poétique: Revista de Teoria e Análise Literárias**, nº 27, p. 5-49, 1979.
- KAMMEN, Michael. The problem of American Exceptionalism: a reconsideration. **American Quarterly**, v. 45, nº 1, p. 1-43, mar. 1993.
- KIERNAN, Victor Gordon. **America, the new imperialism: from white settlement to world hegemony**. London: Verso, 2005.
- LIPSET, Seymour Martin. **American Exceptionalism: a double-edged sword**. New York: W. W. Norton, 1996.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- MCMAHON, Robert. **The Cold War: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- MINCHILLO, Carlos Cortez. **Erico Verissimo, escritor do mundo: circulação literária, cosmopolitismo e relações interamericanas**. São Paulo: EDUSP, 2015.

SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VERISSIMO, Erico. **O prisioneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WALKER, Martin. **The Cold War**: a history. New York: Henry Holt and Company, 1993.

Recebido em 14 de Junho de 2018

Aceito em 6 de Novembro de 2018